

Bracher não acha possível pagamento simbólico só para bancos japoneses

O assessor para a dívida externa do Brasil, Fernão Bracher, afirmou ontem que não seria possível ao governo brasileiro fazer um pagamento parcial só aos bancos japoneses, cujo ano fiscal está por terminar. Ele alegou a necessidade de se "tratar equitativamente" todos os credores.

Também em entrevista à agência UPI, o presidente do Banco Central do Brasil (BC), Fernando Milliet, disse que continuam as consultas técnicas com os bancos privados, aos quais o País deve cerca de US\$ 70 bilhões.

A principal reunião dos representantes brasileiros que participam da assembleia anual do FMI-Banco Mundial é com os bancos japoneses, especialmente o Banco de Tóquio.

O ano fiscal japonês termina hoje e as instituições japonesas enfrentam problemas para fechar seus livros contábeis, enquanto o Brasil resolveu, segundo o próprio ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, efetuar um pagamento simbólico dos juros vencidos aos bancos, indistintamente.

Os bancos japoneses podem ter de assumir prejuízos ou criar reservas, enquanto Tóquio prepara um pacote para investir bilhões de dólares no Terceiro Mundo, especialmente na América Latina. Bresser Pereira já manifestou publicamente interesse nessa reciclagem de "nipo-dólares".

Após a reunião com o secretário norte-americano do Tesouro, James Baker III, Bresser Pereira anunciou que o Brasil poderia fazer um pagamento simbólico sem revogar a moratória. Os bancos há meses vinham sugerindo esse pagamento e há semanas propuseram um acordo de curto prazo enquanto o quadro político interno brasileiro não ganha definição.

Os bancos também vinham se queixando de que até agora as propostas brasileiras eram muito genéricas, sem detalhes técnicos. Acredita-se que os credores farão uma contraproposta ao Brasil na reunião marcada para a próxima sexta-feira em Nova York, mas, consultado pela UPI, Bracher não quis confirmar essa possibilidade.

Se por um lado o secretário Baker aliviou o tom sobre o Brasil e disse após o encontro com Bresser Pereira que a proposta brasileira era digna de consideração e que as negociações entre o Brasil e os bancos comerciais e o Brasil e o FMI eram assuntos separados, por outro, o Clube de Paris enviou carta ao maior país latino-americano advertindo que não estenderá os prazos de dívida brasileira com vencimentos no segundo trimestre de 1987.

O Clube de Paris, entidade que congrega informalmente os credores oficiais — bancos centrais — advertiu ainda que o Brasil deve acelerar os pagamentos dos compromissos vencidos no primeiro trimestre do ano em curso, que haviam sido renegociados em 1986.

Bracher, entretanto, declarou à UPI que a carta do Clube de Paris não tem nada a ver com o clima favorável que ora se descortina nos Estados Unidos com relação ao Brasil. A carta decorreu apenas de uma "decisão técnica em função das normas do clube", salientou o assessor de Bresser Pereira.

O prazo para que o Brasil chegasse a um acordo de US\$ 500 milhões com o Clube de Paris venceu em 15



Fernão Bracher

de setembro. O clube também sugeriu que o Brasil inicie logo negociações com o FMI. Ontem, Bresser Pereira reiterou que só pretende fazê-lo após conversar com os bancos comerciais credores.

Já o vice-ministro de Finanças para assuntos internacionais do Japão, Toyoo Gyohten, afirmou ontem que as conversações entre os bancos de seu país e os representantes do Brasil se realizam intensamente sem a participação do governo de Tóquio.

"Os bancos japoneses estão ativamente envolvidos nas conversações", admitiu Gyohten, reconhecendo ainda que, de acordo com as leis japonesas sobre reservas bancárias, se o Brasil não efetuar pagamentos até hoje os créditos do Japão no Brasil não poderão mais ser classificados como produtivos.

Com relação ao plano de Tóquio para reciclar US\$ 30 bilhões no Terceiro Mundo, o vice-ministro comentou que é fundamental o apoio de todos os países para criar uma forma de superar os obstáculos que impedem o fluxo de fundos do setor privado para as nações em desenvolvimento.

"A aplicação direta estrangeira, um movimento de capital que não cria dívidas, é desejável, já que transfere tecnologia e contribui para criar empregos e promover o setor privado", disse Gyohten.

Ele propôs também a conversão de dívidas em capitais através da Corporação Financeira Internacional (CFI), filiada ao Banco Mundial, e que apóia o setor privado nas economias dos países endividados.

Lembrando que os empréstimos de bancos pequenos e médios para os países em desenvolvimento são vendidos no mercado secundário de títulos com grandes descontos, num reflexo da oferta e demanda que prejudica a confiança da comunidade financeira nas nações endividadas, Gyohten considerou ser necessário criar um mecanismo para absorver essas vendas.

O vice-ministro sugeriu que a CFI "chegue a acordos com os governos ou bancos centrais dos países industrializados de modo que os valores contra esses países, quando comprados com deságio no mercado por empresas que programem investimentos diretos nesses mesmos países, sejam convertidos plenamente em moeda local".

Em seguida, concluiu: "Os investidores poderiam tomar então essas moedas locais para financiar esses investimentos".

"A CFI poderia desempenhar o papel de intermediária nas capitalizações da dívida para promover investimentos diretos", salientou Gyohten, acrescentando que "este esquema poderia ser aplicado também quando a própria CFI criar fundos de investimento com recursos privados".

(UPI)